



## POLÍTICA INSTITUCIONAL

Referência nº:

SED-POL-ASS-001

Estabelecido em: 02/09/2019

Válido até: 02/09/2021

Nº Revisão: "0"

Página 1 de 5

**Atividade:** POLÍTICA PARA PRESERVAR A CONFIDENCIALIDADE OBTIDA NO PRONTUÁRIO

**Responsável:** Coordenador/Analista de Assessoria ao Cooperado

### Controle Histórico

Revisão	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
0	02/09/2019	Fabricia Pacheco Leite	Edemilson Antônio Donola	Dr. José Renato Couppê Schmidt

### Siglas e Definições

**CDC** – Código de defesa do consumidor

**CFM** – Conselho Federal de Medicina

**RN** – Resolução Normativa

### Objetivo

Orientar médicos cooperados quanto a importância da manutenção, manuseio e confidencialidade dos prontuários dos beneficiários.

### Abrangência


Aplica-se aos médicos cooperados da cooperativa com consultório.

### Diretrizes

#### O PRONTUÁRIO

Foi definido de acordo com a **Resolução nº 1638/2002**: como documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registrados, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo (CFM).



	<h1>POLÍTICA INSTITUCIONAL</h1>	<b>Referência nº:</b> SED-POL-ASS-001	
		<b>Estabelecido em:</b> 02/09/2019 <b>Válido até:</b> 02/09/2021	
		<b>Nº Revisão:</b> "0"	<b>Página</b> 2 de 5
<b>Atividade:</b> POLÍTICA PARA PRESERVAR A CONFIDENCIALIDADE OBTIDA NO PRONTUÁRIO			
<b>Responsável:</b> Coordenador/Analista de Assessoria ao Cooperado			

É vedado ao médico deixar de elaborar prontuário legível para cada paciente (Código de Ética Médica, art. 87).

## O PRONTUÁRIO DO PACIENTE

Deve conter registro dos atendimentos prestados, o qual necessita estar completo, legível e assinado, e, após emitido, não pode ser apagado. O CFM dispõe que o prontuário, físico ou eletrônico, pode ser solicitado pelo paciente ou representante legal, sendo seu direito ter acesso à cópia integral.

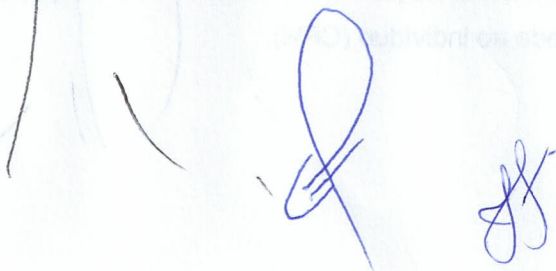
O prestador de serviço que impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros está sujeito a uma pena de seis meses a um ano de detenção ou multa (Art. 72 - CDC).

É vedado ao médico negar, ao paciente ou, na sua impossibilidade, a seu representante legal, acesso a seu prontuário, deixar de lhe fornecer cópia quando solicitada, bem como deixar de lhe dar explicações necessárias à sua compreensão, salvo quando ocasionarem riscos ao próprio paciente ou a terceiros (Código de Ética Médica, art. 88).

## CONFIDENCIALIDADE DO PRONTUÁRIO

Para garantir que as informações dadas em confiança, pelo paciente ao médico, sejam resguardadas de divulgação a outros.

O sigilo médico e o acesso ao prontuário são orientados por leis e normas, a fim de preservar e não expor a relação médico/paciente, independente do meio utilizado, físico ou eletrônico. É competência do médico ou da instituição de saúde o dever de guarda, responsabilidade e sigilo. Assim, não pode ser exposto sem a expressa autorização do paciente ou responsável legal. É imperativo que o acesso ao prontuário seja limitado, conforme o papel e função das pessoas envolvidas no processo assistencial. Dessa forma, deve-se obediência à legislação e às normas do Código de Ética Médica.







## POLÍTICA INSTITUCIONAL

Referência nº:

SED-POL-ASS-001

Estabelecido em: 02/09/2019

Válido até: 02/09/2021

Nº Revisão: "0"

Página 3 de 5

**Atividade:** POLÍTICA PARA PRESERVAR A CONFIDENCIALIDADE OBTIDA NO PRONTUÁRIO

**Responsável:** Coordenador/Analista de Assessoria ao Cooperado

**Código de Ética Médica - Capítulo I – item XI** – O Médico guardará sigilo a respeito das informações de que detenha conhecimento no desempenho de suas funções, com exceção dos casos previstos em lei.

**Código de Ética Médica - Capítulo IX – art. 73** - Revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo por motivo justo, dever legal ou consentimento, por escrito, do paciente.

**Código de Ética Médica - Capítulo X – art. 85** – Permitir o manuseio e o conhecimento dos prontuários por pessoas não obrigadas ao sigilo profissional quando sob sua responsabilidade.

**Resolução CFM nº 1.605/2000 - art. 1** - O médico não pode, sem o consentimento do paciente, revelar o conteúdo do prontuário ou ficha médica.


**Código Penal - art. 154** - Revelar alguém, sem justa causa, segredo, de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

### Requisição de Prontuário por Autoridades Judiciárias e Policiais

No cumprimento de ordens judiciais requisitando cópias de prontuários, médicos e hospitais devem observar se a ordem judicial vem acompanhada da autorização do paciente, quando não há qualquer impedimento legal ou ético no atendimento; se não houver autorização, deverá ser avaliado se há justa causa, não bastando pedidos genéricos; o prontuário somente poderá ser entregue ao médico perito nomeado pelo juiz, a teor do que dispõe o Código de Ética Médica.

### CONDUTAS IMPORTANTES:

- Não emitir informações, sem a anuência do paciente, sobre prontuário;
- Ao desprezar impressos com dados do paciente, é necessário garantir que sejam fragmentadas qualquer informação;

	<h1>POLÍTICA INSTITUCIONAL</h1>	<b>Referência nº:</b> SED-POL-ASS-001	
		<b>Estabelecido em:</b> 02/09/2019 <b>Válido até:</b> 02/09/2021	
		<b>Nº Revisão:</b> "0"	<b>Página</b> 4 de 5
<b>Atividade:</b> POLÍTICA PARA PRESERVAR A CONFIDENCIALIDADE OBTIDA NO PRONTUÁRIO <b>Responsável:</b> Coordenador/Analista de Assessoria ao Cooperado			

- É proibida a emissão de cópia total ou parcial de quaisquer informações do prontuário, salvo quando consentido pelo próprio paciente, representante legal ou por ordem judicial;
- É recomendado que as pessoas envolvidas no processo assistencial do paciente assinem termo de sigilo em relação às informações confidenciais do paciente.

## ASPECTOS LEGAIS

As informações contidas no prontuário pertencem ao paciente e estão sob guarda e supervisão permanente do médico e/ou instituição de saúde.

São reguladas por leis e normas, dentre elas:

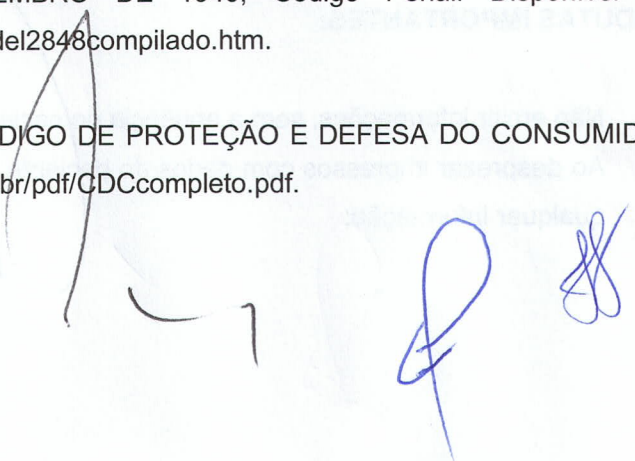
- Seção IV do Código Penal, artigo 153;
- Seção IV do Código Penal, artigo 154;
- Código de Ética Médica;
- Resolução CFM nº 1605/2000;
- Resolução CFM nº 1638/2002;
- Resolução CFM nº 1821/2007
- RN nº 21/2002;
- Código de defesa do consumidor.

**Importante:** O prontuário médico é o principal instrumento de defesa em qualquer esfera de processo.

## Documentos de Referência para Atendimento às Diretrizes

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940, Código Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm).

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, 2018. Disponível em: <http://www.procon.sp.gov.br/pdf/CDCcompleto.pdf>.







## POLÍTICA INSTITUCIONAL

Referência nº:

SED-POL-ASS-001

Estabelecido em: 02/09/2019

Válido até: 02/09/2021

Nº Revisão: "0"

Página 5 de 5

**Atividade:** POLÍTICA PARA PRESERVAR A CONFIDENCIALIDADE OBTIDA NO PRONTUÁRIO

**Responsável:** Coordenador/Analista de Assessoria ao Cooperado

RESOLUÇÃO CFM Nº 2.217/2018, Código de Ética Médica. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2018/2217>.

RESOLUÇÃO CFM nº 1.605/2000, O médico não pode, sem o consentimento do paciente, revelar o conteúdo do prontuário ou ficha médica. Revoga-se a Resolução CFM nº 999/1980. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2000/1605>.

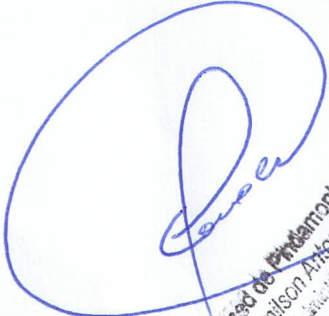
RESOLUÇÃO CFM nº 1.638/2002, Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas Instituições de saúde. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1638>.

RESOLUÇÃO CFM Nº 1.821/2007, Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2007/1821>.

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 21, Dispõe sobre a proteção das informações relativas à condição de saúde dos consumidores de planos privados de assistência à saúde e altera a Resolução - RDC nº 24, de 13 de junho de 2000. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=PDFAtualizado&format=raw&id=NTg0>.

### Indicadores

Não se aplica.

  
Unimed Pindamonhangaba  
Edemilson Antonio Donola  
Gerente Administrativo Financeiro

